

Noves fora...

Descasamento de cálculos do leilão A-3 pode fazer energia superar os R\$ 134/MWh divulgados pelo governo

Rodrigo Polito
Rio de Janeiro

No último leilão A-3, em julho, o governo comemorou. Apesar de terem sido contratadas somente termelétricas a óleo combustível, o grande mérito, na visão governamental, foi ter alcançado a modicidade tarifária, já que o preço médio negociado se manteve em R\$ 134/MWh. Mas a história pode não ser bem essa, e o consumidor talvez tenha de desembolsar bem mais do que o previsto pela energia que consumirá entre 2010 e 2025.

O principal ponto de interrogação é a metodologia utilizada na última concorrência. Há um descasamento entre os cálculos para estabelecer a garantia física dos empreendimentos e os realizados para definir os custos de operação das plantas, que impactam diretamente o cálculo do Índice de Custo Benefício (ICB), utilizado na disputa entre as usinas no leilão.

A fim de determinar o lastro dos projetos, a EPE faz uma simulação a partir de uma configuração estática, que contempla as usinas existentes e as planejadas com concessão ou autorização já outorgadas pela Aneel. São aplicados um risco de déficit fixo de 5% e uma proporção fixa da oferta de energia, sem observar questões conjunturais. A metodologia está definida na portaria 303 do Ministério de Minas e Energia (MME).

Já para o cálculo do custo de produção das térmicas, medido pelos Custos Variável de Operação (COP) e Econômico de Curto Prazo (CEC), a metodologia é baseada no Plano Decenal da Expansão da Energia Elétrica (PDEE), cujos parâmetros são diferentes da configuração estática.

Na prática, a falta de uniformidade entre os cálculos gera um fator de despacho diferente para as térmicas em cada caso. Trocando em miúdos: o custo de produção das usinas, que balizou os R\$ 134/MWh e que será repassado ao consumidor, foi calculado para um período bem inferior ao previsto pelo cálculo da garantia física.

No leilão A-3, foram contratados 1.304 MW médios de 12 térmicas a óleo combustível para o período de 2010 e 2025. Se elas despacharem menos do que o tempo previsto, de acordo com o PDEE, não haverá problema e a aposta do governo terá sido bem-sucedida. Por outro lado, se elas operarem por um período acima do estimado, o consumidor terá de arcar com os custos, que superarão em muito os R\$ 134 o MWh.

"A Aneel tem sugerido ao MME e à EPE que a metodologia de cálculo do ICB seja aperfeiçoada. Nesse leilão, dos cerca de 1.800 MW de potência instalada das 12 usinas, a energia assegurada é da ordem de 1.300 MW médios, o equivalente a 73%, ao passo que a garantia física resulta num despacho de 21% do tempo.

E a frequência de despacho dessas usinas em bloco, como se fossem uma só, no numerador do ICB, que é a simulação do custo de combustível e das trocas que se faz no mercado atacadista, é de 6%. Portanto, temos três frequências de despacho" ressaltou, em reunião realizada em setembro, o diretor-geral da agência, Jerson Kelman.

Impacto imprevisível

Não há de fato como calcular o impacto tarifário que o consumidor poderá sofrer caso o despacho dessas térmicas supere os 6% do período contratado. O fator de despacho real das usinas e o respectivo custo que será repassado às tarifas dependerão sobretudo do cronograma das obras das hidrelétricas em andamento e da disponibilidade de gás natural para geração de energia nos próximos anos. E, é claro, de São Pedro.

"O atraso nas obras hidrelétricas e no fornecimento do gás vai fazer com que essas térmicas a óleo gastem mais. Esse custo será repassado. Apesar de estar tudo bem hoje, em 2009, 2010 e 2011, quando houver um gargalo na oferta, haverá uma explosão tarifária", alerta Rafael Schechtman, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE).

O alerta, porém, não atinge a EPE, que está confiante, apesar de não divulgar um número oficial. "Essas usinas são pouquíssimo despachadas. Primeiro são acionadas as hidrelétricas, depois as termelétricas mais baratas, a gás natural, e só depois as térmicas a óleo combustível. Não sabemos se o fator de despacho será 4%, 10% ou 15%, mas será pequeno. O valor médio de despacho para as térmicas a gás, que têm custo de produção menor, por exemplo, é de 30%", diz o presidente da estatal, Maurício Tolmasquim.

Embora os vencedores da licitação não abram seus números, comenta-se nos bastidores que a maioria fez cálculos considerando um fator de despacho de cerca de 20%. "Estamos conscientes de que esse lote de usinas deve entrar em operação de 15% a 20% do período", afirma Ericson de Paula, diretor executivo da DCT Energia, que prestou serviços para alguns participantes do leilão. Uma das ganhadoras, a Termocabo, no entanto, trabalha com índices entre 7% e 15%. Mas, segundo o diretor de Operações da empresa,

Benjamin Costa, a situação financeira é confortável. "Temos fluxo de caixa. Não corremos risco operando ou não operando", garante.

Outra preocupação, que poderá distorcer o valor do megawatt-hora, é o preço do petróleo nos próximos anos. Isso porque foi considerado o valor médio de US\$ 60 o barril para o custo de operação das térmicas.

Com isso, o risco de um aumento do preço do produto nos próximos 15 anos foi assumido pelo consumidor, que terá de arcar com o custo do barril no momento de despacho das térmicas. Só para registro é bom lembrar que, em meados de setembro, o preço do barril WTI chegou a US\$ 80.

Novo preço-teto

Mantido o cenário atual, a expectativa é que as térmicas a óleo combustível figurem novamente nos próximos leilões de geração de energia nova. Existe, porém, uma chance de a EPE modificar a metodologia para o próximo leilão A-5, previsto para 16 de outubro, e A-3, em 2008, atendendo ao pedido da Aneel.

A primeira mudança seria atualizar os cálculos de custo de produção das termelétricas, incluindo as movidas a gás natural e biomassa, de acordo com a configuração estática. Se isso for feito, no entanto, provavelmente essas plantas a óleo combustível - as únicas que toparam o valor ofertado pelo governo no leilão - não se enquadrarão no preço-teto de R\$ 140/MWh. A saída será aumentar o valor do preço-teto, proporcionando um novo cenário, sem dúvida muito atrativo para PCHs e térmicas a biomassa. Mas se fizer isso, o governo vai admitir que errou a mão no cálculo do preço-teto da energia.

Apesar dessa corda bamba, do ponto de vista energético há um benefício com a contratação das térmicas. A energia dessas usinas não havia sido considerada nas contas de oferta e demanda do governo. Ou seja, são 1.304 MW médios novos de oferta que contribuirão para a segurança do abastecimento. Outro fator positivo é a evolução tecnológica das plantas, os quais poluem menos. As térmicas contratadas em julho possuem índice de eficiência de 43%, contra 33% das usinas emergenciais, por exemplo.

POLITO, R. **Noves fora...** Revista Brasil Energia, Geração, edição nº 323, págs. 66 a 68, outubro.2007.